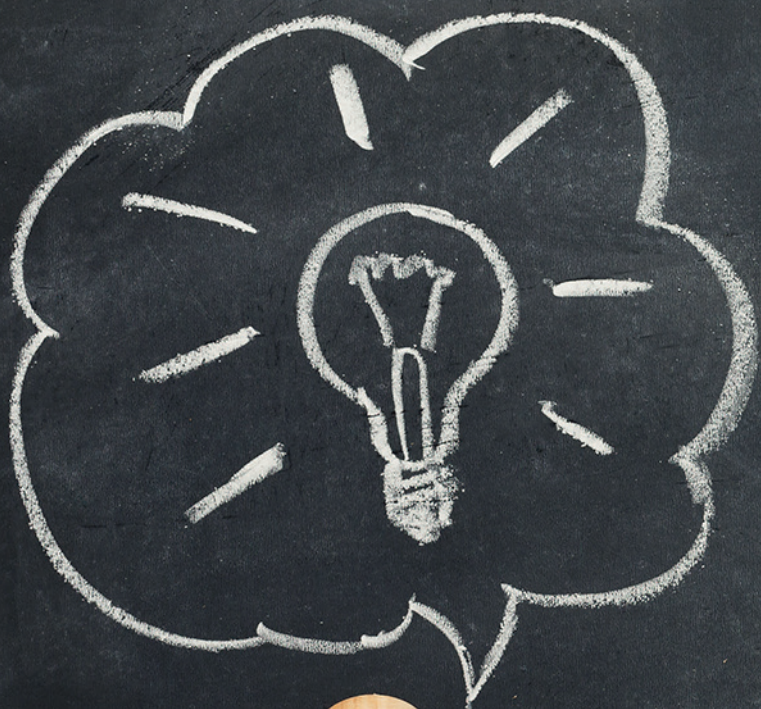


Qualidade e Políticas Públicas na Educação 2

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes

(Organizadora)

**Qualidade e Políticas Públicas
na Educação
2**

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 2 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-97-0

DOI 10.22533/at.ed.970181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O volume 2 da obra “Qualidade e Política Pública na Educação” aborda uma série de capítulos sobre Políticas Públicas para a Educação.

As políticas públicas são um conjunto de opções coletivamente que se destacam na sociedade, que se associam a decisões adotadas pelos governantes e implementadas pelos Estados. Deste modo, podemos compreender que o Estado é o ente que faz, executa e garante que a lei seja colocada em prática.

As políticas educacionais são decisões e ações estatais de caráter educacional, visando atender as necessidades e interesses da sociedade. As políticas públicas para a educação ou políticas educacionais são expressas na legislação educacional.

Alguns dos assuntos abordados nos capítulos foram: reforma do ensino médio, escola de tempo integral, financiamento da educação, diversidade, gestão, entre outros. Os assuntos foram implementados a partir de programas e projetos, para elevar a qualidade do ensino, da aprendizagem, e em alguns casos, da empregabilidade de jovens e adultos.

Nesse sentido, as políticas públicas para a educação têm um papel importante, pois elas emanam das necessidades da sociedade e são colocadas em prática através de ações, que tem por finalidade melhorar a educação e diminuir as desigualdades sociais em todo o Brasil.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DISPUTAS POLÍTICAS NA EDUCAÇÃO: QUE FORÇA PREVALECE?	
<i>Sarah Nobrega</i>	
<i>Sandra Regina Bernardes de Oliveira Rosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819121	
CAPÍTULO 2	13
EDUCAÇÃO SOCIAL NO DIÁLOGO COM A EDUCAÇÃO E A ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	
<i>Irândi Pereira</i>	
<i>Helena Neves de Almeida</i>	
<i>Claudio Oliveira Fernandes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819122	
CAPÍTULO 3	25
EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO: REFLEXÕES DISCENTES SOBRE ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO INTERIOR DO CEARÁ	
<i>Miqueias Miranda Vieira</i>	
<i>Mykaelly Morais Vieira</i>	
<i>Isabelle Marques Barbosa</i>	
<i>Carlos Henrique Lopes Pinheiro</i>	
<i>Francisco Walef Santos Feitosa</i>	
<i>Antonia Everlania Felix Araujo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819123	
CAPÍTULO 4	37
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR E NEOLIBERALISMO: INDISTINÇÃO CRESCENTE ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO BRASIL	
<i>Juvenilto Soares Nascimento</i>	
<i>Lucas Lourenço Silva</i>	
<i>Maria Esperança Fernandes Carneiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819124	
CAPÍTULO 5	49
IMPLICAÇÕES DA REFORMA TRABALHISTA PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CASO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa</i>	
<i>Rosimar de Fátima Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819125	
CAPÍTULO 6	63
INDICADORES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS DE VALIDADE DO INDICADOR DE ESFORÇO DOCENTE	
<i>Danielle Xabregas Pamplona Nogueira</i>	
<i>Jeferson Guedes da Silva</i>	
<i>Girlele Ribeiro de Jesus</i>	
<i>Catarina de Almeida Santos</i>	
<i>Francisco Augusto da Costa Garcia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819126	

CAPÍTULO 7	73
O CONTEXTO ESCOLAR DO ALUNO TRANSEXUAL	
<i>Mariana Coimbra Ziotti</i>	
<i>Manoel Antônio dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819127	
CAPÍTULO 8	81
O CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA: UM ESTUDO DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA DO FUNDEB INTEGRADA AO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA, MATO GROSSO	
<i>Eduardo José Freire</i>	
<i>Aparecida Garcia Pacheco Gabriel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819128	
CAPÍTULO 9	93
O DESAFIO DA IMPLANTAÇÃO DO MODELO IEMA DE EDUCAÇÃO: RESULTADOS PARCIAIS SOBRE INCLUSÃO SOCIAL, EVASÃO ESCOLAR E REPETÊNCIA	
<i>Levy Lisboa Neto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9701819129	
CAPÍTULO 10	96
ONDE ANCORAR AS AULAS DE PSICOLOGIA PARA O ENSINO TÉCNICO?	
<i>Sonia Moreira Sarmiento Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191210	
CAPÍTULO 11	100
OS MARCOS HISTÓRICOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA NO CONTEXTO DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
<i>Andrieli Taís Hahn Rodrigues</i>	
<i>Rúbia Emmel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191211	
CAPÍTULO 12	111
POLÍTICA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: O DISCURSO DAS INSTITUIÇÕES	
<i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191212	
CAPÍTULO 13	126
POLÍTICA DE PERMANÊNCIA E INCLUSÃO ACADÊMICA COMO POLÍTICA AFIRMATIVA DE JOVENS DE BAIXA RENDA NA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ	
<i>Raimundo Afonso Cardoso Delgado</i>	
<i>Keila Roberta Cavalheiro Guimarães</i>	
<i>Juliane Andrade de Sousa</i>	
<i>Evely Cristina Lima da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191213	
CAPÍTULO 14	143
POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CONTRIBUIÇÕES DO OBSERVATÓRIO DO PNE NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO RIO GRANDE/BA	
<i>Marilde Queiroz Guedes</i>	
<i>Nilza da Silva Martins</i>	
<i>Emília Karla de Araújo Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.97018191214	

CAPÍTULO 15..... 154

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA (1986-1989)

Alboni Marisa Dedeque Pianovski Vieira

DOI 10.22533/at.ed.97018191215

CAPÍTULO 16..... 161

POLÍTICAS INDUTORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: UM OLHAR SOBRE O PROGRAMA PROINFÂNCIA

Víviám Carvalho de Araújo

Núbia Schaper Santos

DOI 10.22533/at.ed.97018191216

CAPÍTULO 17 173

POLÍTICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ARTICULADAS À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL (2000-2015)

Juliane Kelly de Figueiredo Freitas

Josanilda Mafra Rocha

Lenina Lopes Soares Silva

DOI 10.22533/at.ed.97018191217

CAPÍTULO 18..... 184

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA INTEGRADA AO ENSINO MÉDIO

Tatiana Das Mercês

Michele Pazolini

DOI 10.22533/at.ed.97018191218

CAPÍTULO 19 198

POLÍTICAS SURDAS: ANÁLISE DOCUMENTAL E REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS VOLTADAS À EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Cristina Almeida da Silva

Márcia Häfele Islabão Franco

Fábio Yoshimitsu Okuyama

Josiane Carolina Soares Ramos do Amaral

DOI 10.22533/at.ed.97018191219

CAPÍTULO 20 208

PROJETOS E PROGRAMAS DE IMPLANTAÇÃO DA INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DE 1980 A 2010

Eleuzzy Moni do Carmo Jesus

Rosemara Perpetua Lopes

DOI 10.22533/at.ed.97018191220

CAPÍTULO 21..... 218

QUAL O PADRÃO DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO, À LUZ DOS FINS E OBJETIVOS DA ESCOLA E DA GESTÃO DEMOCRÁTICA?

Mario Ruela Filho

DOI 10.22533/at.ed.97018191221

CAPÍTULO 22 234

QUALIDADE DO ENSINO: UMA LEITURA A PARTIR DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PDE ESCOLA

Zenilda Maria de Sousa Paniago

Maria Cecília Lorea Leite

DOI 10.22533/at.ed.97018191222

CAPÍTULO 23 243

RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA EDUCAÇÃO: O PAPEL DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E DOS COLEGIADOS DE SECRETÁRIOS DE EDUCAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE PARCERIAS EM MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA (BRASIL)

Liane Vizzotto

Berenice Corsetti

DOI 10.22533/at.ed.97018191223

CAPÍTULO 24 251

TEMAS TRANSVERSAIS, INTERDISCIPLINARIDADE E INCLUSÃO DO SUJEITO QUEER NO CURRÍCULO ESCOLAR

José Ariosvaldo Alixandrino

Luciane Silva de Souza Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.97018191224

SOBRE A ORGANIZADORA 260

ONDE ANCORAR AS AULAS DE PSICOLOGIA PARA O ENSINO TÉCNICO?

Sonia Moreira Sarmiento Ribeiro¹

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar os referenciais educacionais e filosóficos que constituíram parte da pesquisa de Mestrado em Psicologia “Enveredando pelo campo ético, político e educacional para pensar as aulas de psicologia nos cursos técnicos da FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro)” (RIBEIRO, 2016).

A proposta é compreender as forças que estão em jogo na formação técnica profissional e que vão estar imbricadas nas linhas possíveis de trabalho no ensino de psicologia. Os históricos sobre educação profissional de autores da área educacional e os estudos do filósofo Michel Foucault sobre ética, biopolítica e governamentalidade neoliberal constituem a base da pesquisa realizada e serão discutidos neste artigo.

Em primeiro lugar, para compreender o campo educacional, foram abordados os principais deslocamentos da política de formação profissional do país, com base nos autores Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005);

Saviani (1987, 2007). As diretrizes ético-políticas para as aulas de psicologia foram buscadas no referencial teórico foucaultiano com base em seus escritos (FOUCAULT, 1984, 2001, 2008 e 2013) e nos de autores que buscam compreendê-lo e comentá-lo (BRANCO, 2015; OKALA, 2011; GADELHA, 2013).

CAMPO EDUCACIONAL

O interesse pelo ensino técnico ainda é pequeno comparado a outros países e responde por apenas aproximadamente 15% das matrículas (nas modalidades Ensino Integrado + Concomitante e Subsequente) (INEP, 2013) contra 77% da Áustria, 58% da Alemanha, 44% da França, 42% da China e 37% do Chile, conforme pesquisa da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento da Educação) citada por Costin (2015). Vários fatores concorrem para o desprestígio do ensino técnico, desde a política salarial não atrativa para os técnicos até a questão do preconceito em relação ao trabalho manual, originado das relações sociais escravistas no Brasil como apontam alguns autores.

Analisando o ensino técnico, constata-se que só nos anos 1940, com a implementação

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF), sarmentossonia@gmail.com.

pela primeira vez de uma política de industrialização, para enfrentar a restrição no fluxo de importações no período das guerras mundiais e no pós-guerra, é criada uma política de formação industrial. As reformas Capanema regularam o ensino industrial, comercial, agrícola e secundário. Observa-se que a educação profissional é deslocada nesse momento para o nível médio, porque as funções técnicas se tornaram mais complexas. Essa reforma, no entanto, foi acompanhada da criação de uma dualidade estrutural no ensino desse nível. Primeiro, porque apenas o curso secundário (e não as modalidades técnica – (comercial, agrícola e industrial) possibilitava acesso ao nível superior. Segundo, porque a gestão do ensino secundário (e também superior) ficou a cargo da União, e a do ensino profissionalizante (e também primário) a cargo dos estados, ficando clara a vinculação do secundário com o ensino propedêutico, e a do ensino profissionalizante com o nível inicial da formação (SAVIANI, 2007).

Destaca-se como o segundo importante momento do ensino profissional no Brasil industrializado, a reforma de 1971 (a Lei 5.692), instituída pelo governo da ditadura civil-militar, que tornou todo o ensino médio conjugado ao profissional. As dificuldades de implementação do projeto deveram-se principalmente à falta de investimentos nos equipamentos das escolas e ao interesse das classes médias pelo ensino propedêutico.

Posteriormente, com o fim da ditadura, depois de intensos debates sobre educação, foi criada a atual LDB em 1996, a qual determinou uma articulação entre o nível médio e a formação técnica. Essa articulação prevista na LDB foi regulada por decreto em 1997 nas modalidades concomitante e subsequente. E em 2004 foi criada a modalidade integrada (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005).

Nos governos de Lula (2003-2010) e de Dilma (2001-2014 e 2015-2016) foi criada uma série de programas de expansão do ensino técnico. O número de matrículas nas redes de ensino técnico (Integrado, Concomitante e Subsequente), conforme o Resumo Técnico do Censo Escolar 2013 no período 2007-2013 cresceu em 84,7%. O número de matrículas do ensino técnico (integrado, concomitante e subsequente) passou a ter a seguinte distribuição: 16% na rede federal, 48 % na rede privada, 34% na rede estadual e 2% municipal (INEP, 2013, tabela 3)

As tensões dos debates sobre a formação profissional de nível médio já presentes nos anos 80/90, quando se discutia uma nova LDB, voltaram à cena no Governo Temer (2016-2108) com o recente debate sobre a reforma do ensino médio, que desembocou na aprovação da Medida Provisória 746/2016. Na discussão sobre o currículo, é consensual, entre as propostas divergentes, a noção de que é preciso articular o nível médio de escolarização às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, quer dizer, todos concordam que a educação deve ser organizada em torno da questão do trabalho – o trabalho como princípio educativo (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005). As formas propostas diferem conforme as concepções políticas envolvidas.

As duas principais linhas de força identificadas neste debate são: a que quer flexibilizar a formação de ensino médio para permitir trajetórias diferentes com vistas

ao mercado de trabalho, e a outra que defende a formação humana integral no ensino básico. De um lado, a ênfase no mercado, e de outro, a preocupação em garantir uma formação para todos os jovens no sentido de uma escola unitária e politécnica, que possibilite a todos formação de qualidade. Em termos simplificados, esse último princípio é o que está na base da modalidade ensino médio integrado (ao técnico) implementado em 2004, e o primeiro, o que embasa a MP 746/2016. A polaridade entre as propostas talvez pudesse ter outro rumo, caso as desigualdades socioeconômicas, que hoje impõem destinos desiguais de antemão, fossem combatidas, e as diferentes opções em jogo se tornassem verdadeiras escolhas.

CAMPO ÉTICO-POLÍTICO

É no trabalho do filósofo Michel Foucault que a pesquisa buscou as principais diretrizes para o trabalho em sala: os estudos sobre ética/liberdade, sua análise sobre o poder, as relações de poder e saber, o agenciamento das ciências humanas para o processo de normalização dos indivíduos, a constituição das sociedades disciplinares, o dispositivo da sexualidade, a biopolítica e a governamentalização da sociedade. As pesquisas do autor abordam a complexa rede de dispositivos que governam e constituem a subjetividade contemporânea (GADELHA, 2013).

Foucault analisa os dispositivos de poder que vão sendo construídos nos séculos XVII, XVIII e XIX (o disciplinar, o da sexualidade, o da biopolítica) no período de constituição e consolidação do Estado, e que passam a fazer parte do governo das nossas vidas. As normas e as normatividades vão sendo forjadas nesses dispositivos como frutos das relações de poder e saber que se estabelecem, e vão compor com o aparato legal a governamentalidade sob a égide do Estado. Os especialistas das ciências humanas e clínicas vão participar da inculcação e criação dessas normas, pelas quais os aparatos não políticos – escola, hospital, empresa – vão se pautar (ROSE, 2011; OKSALA, 2011)

As Ciências Humanas e a Psicologia nasceram e prosperaram operando a governamentalização contemporânea no sentido da normalização (definindo o que e quem é normal), da medicalização (atribuindo a autoridade suprema aos especialistas) e da psicologização (prometendo a autorrealização, autoestima, abstraídas do social). Mais recentemente, com o neoliberalismo, a nova forma de governamentalidade engendra políticas de subjetivação, em que as formas de pensar, de agir e de ver o mundo têm como base o mercado. As pessoas são incentivadas a se verem como empresas e serem empreendedores de si mesmos (GADELHA, 2013, p.151).

CONCLUSÃO

A partir das análises dos autores abordados na pesquisa, pretende-se que os

encontros em torno do tema psicologia possam se alinhar às práticas de formação que questionam a submissão subjetiva às abstrações econômicas, políticas, científicas e sociais, que ignoram quem somos individualmente e/ou que queiram determinar quem somos, e possam provocar pequenos deslocamentos nos processos de subjetivação em curso no sentido de maior liberdade.

REFERÊNCIAS

- BRANCO, C. G. **Michel Foucault: Filosofia e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- COSTIN, C. **Caminhos da Qualidade da Educação Pública: Gestão Escolar**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE GESTÃO ESCOLAR, 2015. Disponível em <http://www.seminariogestaoescolar.org.br/site/#materiais>. Acessado em 29.03.2015.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. 14 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo : Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, M. O sujeito e o poder (Apêndice da 1ª edição – 1982) In: DREYFUS H.; RABINOW, P. (orgs). **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2 ed. rev., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013, p. 273-295.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A Política de Educação Profissional no Governo Lula: Um Percurso Histórico Controvertido. *Educação & Sociedade*, Campinas, vol. 26, n. 92, pp. 1087-1113, 2005.
- GADELHA, S. **A Biopolítica, governamentalidade e educação: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da educação básica: 2013 – resumo técnico**. Brasília: O Instituto, 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf. Acessado em: 29 mar. 2016.
- OKSALA, J. **Como ler Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- RIBEIRO, S.M.S. **Enveredando pelo campo ético, político e educacional para pensar as aulas de psicologia nos cursos técnicos da FAETEC**. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia. Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- ROSE, N. **Inventando nossos selfs: Psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1987.
- _____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-85107-97-0



9 788585 107970